

Estudo Técnico Preliminar

Conforme Art. 4º da IN Nº 001/2023 da Câmara Municipal de Guaíba

Processo Digital nº 30112/2026

1. Descrição da Necessidade de Contratação [Obrigatório]

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de ampliação da capacidade de banda de internet da Câmara Municipal de Guaíba, em decorrência do crescimento contínuo e mensurável da demanda por serviços digitais no âmbito administrativo e legislativo. Tal incremento decorre da intensificação do uso de sistemas informatizados, plataformas eletrônicas, transmissões ao vivo das sessões legislativas, bem como da utilização simultânea da rede por múltiplos usuários e dispositivos institucionais.

Nesse cenário, a capacidade atualmente disponível revela-se insuficiente para suportar, com desempenho adequado, as demandas operacionais do órgão, podendo comprometer a eficiência, a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente aqueles que dependem de conexão estável e de baixa latência, a exemplo de votações eletrônicas, acesso a sistemas externos e cumprimento de prazos em ambientes digitais.

Sob a ótica da economicidade e da vantajosidade, verifica-se que o mercado de telecomunicações tem apresentado, nos últimos anos, redução significativa nos custos relativos à contratação de links com maior largura de banda, em razão de avanços tecnológicos e da ampliação da concorrência entre fornecedores. Tal conjuntura permite à Administração Pública promover a ampliação da capacidade contratada com melhor relação custo-benefício, assegurando ganhos substanciais de desempenho sem incremento proporcional de despesas, em consonância com os princípios da eficiência e da boa gestão dos recursos públicos.

Registra-se, ainda, que, embora o serviço atualmente contratado venha atendendo razoavelmente às necessidades institucionais, foram constatadas falhas pontuais de indisponibilidade, evidenciando a necessidade de aprimoramento da infraestrutura de conectividade. Assim, a presente contratação tem como objetivo principal o aumento da largura de banda disponível, bem como a instituição de modelo de execução com exigências mais robustas de qualificação técnica, planejamento da implementação da rede, transparência na cadeia de prestação do serviço e infraestrutura, com vistas à mitigação de riscos operacionais e à elevação do nível de serviço.

Adicionalmente, o link atualmente existente poderá ser mantido como solução de contingência, integrando estratégia de redundância, de forma a assegurar maior resiliência da rede e continuidade dos serviços, especialmente em situações críticas, sem excluir a opção de seu encerramento.

Por fim, destaca-se que a disponibilidade de acesso à internet com desempenho adequado constitui requisito essencial não apenas para a execução das atividades administrativas e legislativas, mas também para a efetivação do princípio da publicidade, viabilizando a transparência ativa por meio da divulgação, em tempo real, das ações institucionais.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual

II - demonstração da previsão da potencial contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A contratação de serviço de internet dedicada está prevista no Plano de Contratações Anual.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

III - descrição dos requisitos da potencial contratação necessários e suficientes à escolha da solução;

Os requisitos de qualificação técnica são necessários para garantir que a empresa tenha experiência prévia com a prestação do serviço, diminuindo o risco de contratarmos uma empresa que não tenha expertise na área de atuação. Já os requisitos de qualificação econômica, têm por objetivo minimizar o risco de inexecução contratual.

São requisitos de qualificação econômica da contratação:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 17:29 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p9a1f293f706c>



a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

São requisitos de qualificação técnica:

a) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

b) Ato de autorização para o exercício de serviço de comunicação multimídia, expedido pela ANATEL, na forma da Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020.

b.1) Caso a licitante utilize infraestrutura de terceiros, deverá comprovar que a empresa parceira possui autorização para prestação de SCM junto à ANATEL, quando aplicável, bem como apresentar documentação que comprove a regularidade da relação contratual e a disponibilidade da infraestrutura necessária à execução do objeto.

c) A licitante deverá declarar se utilizará infraestrutura ou serviços de terceiros na execução do objeto, identificando, quando possível, as empresas envolvidas e a natureza da relação.

d) Declaração de que possui cobertura no local da execução ou capacidade de implantação;

e) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d) Apresentação de responsável técnico, com registro no conselho profissional competente (CREA ou CRT).

d.1) Deverá ser comprovado o registro regular do profissional indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) ou adequado conselho profissional competente, que comprove atividade relacionada ao objeto desta contratação.

d.2) A comprovação de vínculo profissional do responsável técnico se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou através de Certidão de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) emitida pelo CREA ou CRT, dentro da validade, ou ainda, por compromisso de vinculação futura.

Justificativa dos requisitos de qualificação técnica:

As exigências de qualificação técnica previstas visam assegurar que a futura contratada detenha capacidade técnica, regularidade regulatória e condições operacionais efetivas para a adequada execução do objeto, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa. A declaração de conhecimento das condições locais mitiga riscos de inexecução contratual; a exigência de autorização da ANATEL para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM garante a regularidade da atividade perante o órgão regulador; e, nos casos de uso de infraestrutura de terceiros, a comprovação da regularidade da relação contratual e da disponibilidade da infraestrutura assegura a rastreabilidade, a responsabilidade técnica e a efetiva capacidade de entrega do serviço.

Complementarmente, as exigências de declaração de cobertura ou capacidade de implantação, bem como a comprovação de aptidão por meio de atestados de capacidade técnica, têm por finalidade demonstrar experiência prévia compatível com o objeto, reduzindo riscos de falhas na execução. A indicação de responsável técnico devidamente habilitado e registrado em conselho profissional competente, com a devida comprovação de vínculo, atende não apenas a boas práticas de governança, mas também à obrigatoriedade legal aplicável às atividades técnicas de instalação e manutenção de redes de telecomunicações. Ademais, alinha-se às recentes diretrizes regulatórias do setor, notadamente a Resolução Interna nº 428/2025 da ANATEL (retificada em agosto de 2025), que passou a exigir a comprovação de capacidade técnica e de registro profissional para manutenção de autorizações.

4. Estimativas de Quantidades[Obrigatório]

IV - estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas, acompanhadas, se for o caso, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;



As quantidades visam manutenção das características do atual serviço disponível, sendo, portanto, previstos os seguintes quantitativos:

ITEM	RESUMO DO OBJETO	QUANTITATIVO	UNIDADE
1	Prestação de serviço de link de acesso dedicado à Internet por meio de IP – Internet Protocol, visando acessos permanentes e completos para conexão da Câmara Municipal à rede mundial de computadores, com velocidade mínima garantida de 700Mbps (setecentos megabits por segundo), com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, a ser instalado na Sede da Câmara Municipal de Guaíba usando infraestrutura de fibra óptica, contemplando o fornecimento de equipamentos, instalação, ativação, configuração e suporte técnico.	12	MÊS

5. Levantamento de Mercado [Obrigatório]

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução, que poderá ser ou não viabilizada por meio de uma contratação, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

Um levantamento de mercado para a contratação de serviço de internet dedicada demonstra que o mercado atual oferece diversas alternativas técnicas capazes de atender às demandas de conectividade da Administração, considerando critérios de disponibilidade, velocidade, estabilidade, suporte técnico e SLA (Service Level Agreement). Entre as soluções existentes, destacam-se conexões de fibra óptica com tecnologia GPON e Ethernet sobre fibra, oferecendo altas taxas de transmissão simétricas e baixa latência, além de opções com redundância geográfica para garantir continuidade do serviço. Provedores locais e nacionais já têm presença consolidada na região, com pacotes empresariais que variam desde 50 Mbps até 10 Gbps, permitindo ajustar a solução à real necessidade de tráfego de dados da Administração. Tecnologias alternativas, como rádio ponto-a-ponto ou LTE/5G dedicado, embora mais suscetíveis a variações ambientais ou de espectro, aparecem como soluções complementares para redundância em localidades com dificuldade de cabeamento físico, mas não identificamos essa dificuldade no caso fático.

A respeito do modelo de execução, foram agregadas exigências mais robustas de qualificação técnica dos prestadores, bem como a apresentação de planejamento detalhado para a implantação da rede. Também se incorporaram requisitos voltados à transparência na cadeia de prestação do serviço, especialmente nos casos de utilização de infraestrutura de terceiros, com clara definição de responsabilidades. Tais medidas refletem padrões já consolidados no setor, voltados à garantia de maior confiabilidade, rastreabilidade e qualidade na execução contratual, sendo compatíveis com a complexidade e criticidade do objeto.

Do ponto de vista técnico e econômico, a escolha por internet dedicada baseada em fibra óptica se justifica pela maior estabilidade e previsibilidade de desempenho, elementos essenciais para serviços administrativos, sistemas em nuvem, videoconferências e outros fluxos críticos de dados. A contratação de uma solução com garantias contratuais de disponibilidade (acima de 98,5 %), monitoramento proativo e suporte 24/7 reduz riscos operacionais, mesmo que apresente custos unitários superiores às conexões compartilhadas tradicionais. A análise comparativa indica que o investimento adicional se traduz em maior segurança e eficiência na prestação dos serviços públicos, minimizando perdas de produtividade causadas por interrupções ou lentidão. Considerando inovações e tendências do setor, manteve-se ainda a previsão de dupla abordagem do acesso para ampliar a resiliência, o que, apesar de onerar a contratação, torna-se essencial em situações de eventual descontinuidade das operações administrativas em razão de rompimento de fibra com abordagem simples. As demais características do serviço foram mantidas baseadas no contrato vigente, pois tem atendido às demandas institucionais.

6. Estimativa de Valor [Obrigatório]

VI – estimativa do valor da potencial contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Os custos da contratação foram obtidos conforme pesquisa de preços anexa.



7. Descrição da Solução [Obrigatório]

VII – descrição da solução como um todo e, quando for o caso, das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica;

A solução proposta consiste na contratação de empresa de telecomunicações devidamente autorizada pela ANATEL para o fornecimento de serviço continuado de link dedicado de acesso à Internet, por meio de IP – Internet Protocol, utilizando infraestrutura integralmente em fibra óptica, com banda mínima garantida de 700 Mbps full duplex, disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, e SLA mínimo de 98,5%, assegurando desempenho, estabilidade e previsibilidade compatíveis com a criticidade das atividades da Câmara Municipal de Guaíba. A solução contempla todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo o fornecimento, instalação, ativação, configuração e manutenção de equipamentos em regime de comodato, além de suporte técnico especializado e atendimento ininterrupto, com prazos de resposta e solução definidos conforme o nível de impacto. Inclui ainda dupla abordagem de transmissão, com dois enlaces independentes e caminhos físicos distintos, visando alta disponibilidade e resiliência operacional, bem como mecanismos de monitoramento, gestão e medição de desempenho acessíveis à Administração.

Como condição para a contratação, deverá ser exigida comprovação de que possui cobertura na área de instalação ou que dispõe de capacidade técnica para implantação da infraestrutura necessária no prazo estabelecido, garantindo o pleno funcionamento do serviço.

Para esse fim, deverá ser exigido plano de implantação do serviço, incluindo como requisitos a apresentação de projeto técnico, especificações da tecnologia empregada, cronograma de implantação, prazo de ativação, demonstração de viabilidade, transparência da cadeia de prestação dos serviços e comprovação de disponibilidade de infraestrutura.

8. Parcelamento ou não da Solução [Obrigatório]

VIII – justificativas para o parcelamento ou não da solução, considerando critérios de viabilidade técnica e econômica;

O parcelamento da solução não se mostra tecnicamente nem economicamente viável, razão pela qual a contratação foi estruturada como item único. O serviço de link dedicado de acesso à Internet configura-se como uma solução integrada, na qual infraestrutura de transmissão em fibra óptica, enlaces principal e secundário, equipamentos de borda (roteadores), endereçamento IP, configuração lógica, monitoramento, suporte técnico e SLA são elementos funcional e operacionalmente indissociáveis. A fragmentação do objeto poderia comprometer a padronização tecnológica, a interoperabilidade dos componentes, a correta aferição dos níveis de serviço e a responsabilização objetiva por falhas, além de dificultar a gestão e fiscalização do contrato, em afronta aos princípios da eficiência e da economicidade.

Sob a ótica econômica, a contratação unificada favorece ganho de escala, redução de custos indiretos e mitigação de riscos contratuais, uma vez que concentra em um único fornecedor a responsabilidade integral pela entrega, manutenção e desempenho do serviço ao longo de todo o período de vigência. A existência de diversos provedores aptos a fornecer a solução completa, afasta qualquer restrição ao caráter competitivo do certame, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Ademais, eventuais serviços ou soluções complementares, como ampliações de banda, redundâncias adicionais ou integrações futuras, poderão ser avaliados oportunamente, conforme a evolução das necessidades institucionais e da infraestrutura existente, sem prejuízo da contratação ora proposta, que contempla de forma suficiente e adequada a solução essencial para o atendimento da demanda da Administração.

9. Demonstrativo de Resultados Pretendidos

IX – demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação visa assegurar maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, por meio da ampliação da largura de banda com solução mais eficiente e compatível com a demanda atual. Espera-se reduzir perdas operacionais decorrentes de instabilidade ou baixo desempenho, aumentando a produtividade e a continuidade dos serviços. A medida também otimiza os investimentos existentes, ao integrar solução principal mais robusta com redundância, garantindo maior eficiência na prestação do serviço público.



10. Considerações sobre Contratações Correlatas

X - considerações sobre contratações correlatas ou interdependentes, quando aplicável;

Não se aplica.

11. Descrição de Possíveis Impactos Ambientais

XI - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Não se aplica.

12. Conclusão sobre a Necessidade de Contratação [Obrigatório]

XII - posicionamento conclusivo sobre a necessidade da contratação para o atendimento da pretensão a que se destina.

Conclui-se pela necessidade da contratação de serviço de internet dedicada, uma vez que a solução é essencial para garantir conectividade estável, segura e contínua às atividades institucionais da Câmara Municipal, assegurando o adequado funcionamento dos sistemas administrativos, legislativos e de comunicação, cuja interrupção comprometeria a prestação dos serviços públicos.

Responsável pela Formalização da Demanda

Cibele Prates da Costa da Trindade
Diretora Administrativa

